

MELO, Demian Bezerra de (org.). A miséria da historiografia:
uma crítica ao revisionismo contemporâneo.
Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

Eduardo Ferreira da Silva Pereira¹

O filósofo alemão Walter Benjamin sugere em trecho, que compõe a sua décima quarta tese sobre o conceito da história, que “a história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de ‘agoras’” (BENJAMIN, 1985, p. 229-230). O sentido dessa proposição se relaciona intimamente com os questionamentos centrais de A miséria da historiografia. A obra é movida pelo espírito crítico que visa problematizar as tendências revisionistas da historiografia contemporânea, identificando os aspectos políticos que atravessam esta (re)interpretação do passado. A coletânea de artigos, organizada por Demian Melo, consta de nove textos e prefácio de Virgínia Fontes. Os artigos foram produzidos por oito autores, seis brasileiros: Carlos Zacarias de Sena Jr., Felipe Demier, Marcelo Badaró Mattos, Carla Luciana Silva e Romulo Matos, além do organizador, que contribui com dois textos. O livro conta ainda com a historiadora Raquel Varela e Manuel Loff, ambos portugueses.

Publicada pela editora Consequência, a obra agrega historiadores que transitam por diferentes temáticas da contemporaneidade, sendo possível destacar como elemento que perpassa o conjunto a investigação sobre o vínculo existente entre história, memória e historiografia, mantendo aceso o diálogo fundamental com o referencial marxista e as interfaces entre a produção do conhecimento histórico e a política. No livro, concentram-se reflexões marcadas pela explicitação dos componentes teórico-metodológicos que alicerçam a historiografia dos autores revisionistas, expondo, em paralelo, as referências dos próprios autores, num importante exercício de transparência que se opõe à falsa neutralidade científica. Há um incômodo manifestado com o revisionismo historiográfico que avança no meio acadêmico, apoiado em pressupostos frágeis

¹ Graduado em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

que orientam uma nova abordagem do passado, sem se constranger em, ora, distorcê-lo completamente, ora alterá-lo de forma radical, sem provas que lhes ofereçam suporte. Elaborando leituras que substituem, de modo arbitrário, contribuições competentes para a historiografia, os historiadores revisionistas, a exemplo de François Furet e dos apologetas de Novembro de 1975, no bojo da Revolução dos Cravos, cometem o erro de desconsiderarem as revoluções como uma parte decisiva da transformação social no processo histórico, dando lugar a releituras que evocam a pressuposta universalidade da democracia, dada como princípio unificador, insubstituível, no curso do desenvolvimento das sociedades humanas.

Demian Melo introduz *A miséria da historiografia* com um apanhado do revisionismo em escala internacional, salientando que a raiz do problema não reside na revisão da história em si, mas na perspectiva praticada pelos revisionistas contemporâneos (MELO, 2014, pp.18-20), dentre os quais destaca Furet (1989), protagonista da terceira geração do movimento dos *Annales* que teria indicado o caminho para uma releitura da Revolução Francesa, entrando em conflito com a versão canônica na academia francesa². A leitura furetiana, de acordo com Melo, caracterizou os autores clássicos como apologetas da Revolução Russa, entendida como sucedânea de 1789, uma “aventura teleológica” típica de um “raso marxismo”. Nessa perspectiva, o período jacobino teria sido uma “derrapagem” no curso natural para a democracia capitalista na França. São apresentadas também as facetas do revisionismo do fascismo, na Itália, e do nazismo, na Alemanha, que conta ainda com o caso do negacionismo do Holocausto defendido por Faurisson e Rassiner, historiadores da extrema-direita alemã. Por fim, Melo traça um panorama dos casos ibéricos, de tentativa de reabilitação do franquismo e do salazarismo.

O primeiro capítulo segue a linha crítica da introdução. Nele, Manuel Loff pretende delinear os contornos do revisionismo que universaliza a democracia, utilizando como chave a ideia de “anatemização” da Revolução. De acordo com esse princípio, as revoluções seriam genericamente tratadas como anomalias ou catalisadoras da desordem social. O período da tripolaridade da geopolítica

² Constituída por autores como Lefebvre (1874-1959), Mathiez (1874-1932), Soboul (1914-1982) e Vovelle (1933-).

global – composta pelas potências fascistas, a União Soviética e as democracias ocidentais – coincide com o da “patologização revolucionária” (LOFF, 2014, p. 57), tendo sido determinante na formulação da tese do totalitarismo (cf. ARENDT, 1951), síntese filosófica do discurso vitorioso dessa disputa de projetos políticos rivais. Dialogando com a interpretação de Domenico Losurdo a respeito do movimento revisionista que cerca a historiografia das revoluções contemporâneas, o autor identifica uma tentativa de romper o nexos com o ciclo revolucionário, inspirado nas experiências capitais de 1789 e 1917. Fundamentais para se compreender sublevações posteriores, como a Guerra de Secessão, no caso da primeira, e a luta anticolonial, no caso da segunda (LOFF, 2014, p. 58).

Marcelo Badaró Mattos, em “As bases teóricas do revisionismo: o culturalismo e a historiografia brasileira contemporânea”, analisa a produção historiográfica brasileira recente, com uma análise das temáticas mais recorrentes e uma problematização da supremacia cultural desse conjunto. Badaró (2014, p. 70) questiona o “culturalismo”, que busca definir o uso da cultura nos estudos contemporâneos numa perspectiva ideológica, tornando determinante tal elemento da composição social em detrimento dos demais, isolando-o como uma variável que não existe na relação com as partes, mas sim, com base em uma contestável dinâmica autônoma. Uma das bases do “culturalismo” seria a crítica ao marxismo como pressuposto teórico para o estudo da História. Além da crítica, outra importante contribuição do capítulo é o diálogo ensaiado com a produção que debate o elemento superestrutural, apresentando a fatura da produção marxista, que conta com autores como E.P Thompson, Raymond Williams e Antonio Gramsci, capazes de preencher lacunas historiográficas deixadas em aberto pela fragmentária e, por vezes superficial, supremacia cultural. Badaró Mattos (2014, p. 84) aduz à fragilidade do conceito de “cultura política”, derivado no Brasil, da “Nova História Política” francesa (cf. REMOND, 2003), que serviu de apoio para análises abonadoras do varguismo, como no caso da historiografia fluminense, liderada, neste aspecto, por Jorge Ferreira.

No capítulo 3, “Mito Memória e História: a historiografia anticomunista no Brasil e no mundo”, Carlos Zacarias interpreta o componente anticomunista que está no cerne de parte do campo revisionista brasileiro e mundial.

Destacam-se, no plano internacional, O Livro Negro do Comunismo, do francês Stephane Courtois (1999) e a obra nacional de Jorge Ferreira, Prisioneiros do Mito (2002). Com o livro de Ferreira, o autor realiza um debate minucioso, apresentando suas inconsistências e o seu caráter de apropriação dos elementos discursivos do anticomunismo internacional que se coadunam com uma escrita da História eivada de memória e presentificação. Dentre as facetas do revisionismo, a anticomunista está entre as mais relacionadas com a política na produção historiográfica. Ela representa, inclusive, um certo vínculo venal com um mercado faminto por publicações que desqualifiquem as figuras associáveis à “esquerda” ou ao socialismo, apresentando uma definição muito torta do que são seus partidos e organizações. Com isso, produzem confusões entre marxismo e nazismo, dentre outros despropósitos.

Felipe Demier, no capítulo seguinte, prossegue o debate analisando as várias vertentes revisionistas do populismo. O autor identifica a década de 1980 como um marco do interesse dos historiadores pela era Vargas, cujos principais trabalhos haviam sido produzidos pela Sociologia paulista. Ângela de Castro Gomes, no fim da mesma década, encampa uma tentativa de reinterpretção da categoria “populismo”, lançada pelos sociólogos, com o intento de discutir novamente os termos da relação entre os trabalhadores e o Estado. É na virada de década de 1980-90 que a vertente de interpretação que situa o fenômeno como “trabalhista”, matrizada por Castro Gomes, começa a ganhar corpo e a flertar com a hegemonia dos teóricos do populismo. Na esteira dessa produção se encontra Jorge Ferreira, no grupo daquela que é denominada “corrente fluminense”. Demier trava com Angela de Castro Gomes um debate bastante enérgico, que assenta a posição do historiador marxista contra a reabilitação de Vargas e do varguismo. Outra vertente que se enquadra no campo revisionista é a corrente da Unicamp, da linha Luta por Direitos. O tom do debate se altera, neste caso, pelo fato de Demier reconhecer defeitos menos graves nessa abordagem thompsoniana, que busca entender a relação dos trabalhadores com o Estado, ressaltando o protagonismo da classe trabalhadora, a sua ação concreta na luta política, contestando a heteronomia atribuída à representação da classe operária na escola sociológica paulista dos anos 1960.

Demian Melo é autor do quinto capítulo, intitulado “O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão”. Neste importante

compêndio da produção historiográfica sobre o golpe civil-militar e a ditadura militar brasileira, o autor destrincha os pressupostos e aponta as fragilidades da produção revisionista, questionando, inclusive, a documentação desconsiderada por Daniel Aarão Reis (cf. REIS, 2010, p. 171-186) ao defender o amplo apoio civil ao golpe, e um suposto respaldo da opinião pública na tomada de poder pelos militares e encerramento prematuro do governo João Goulart.

No capítulo subsequente, a visão revisionista assumida pelo discurso da grande Imprensa brasileira a respeito da ditadura militar no período anterior à Comissão Nacional da Verdade foi o objeto de estudo da historiadora Carla Luciana Silva em “Imprensa e construção social da ditabranda”. O processo de silenciamento faz parte de uma defesa do esquecimento da ditadura como saída pacífica para a reconstrução da Nação, apropriada pela grande Imprensa entre os anos 1970-80. As corporações da grande mídia teriam ajustado sua posição na defesa do apaziguamento social e da reescrita da sua própria trajetória na história do regime, como no caso dos periódicos O Globo e Folha de São Paulo. Neste último, foi publicado um editorial, em 2009, que definia como branda a ditadura militar brasileira e levava adiante o projeto do esquecimento, ensaiado na transição “gradual, lenta e segura” até a democracia. O ideal da “ditabranda” aprofunda a noção de que a ditadura militar brasileira, pela restrição parcial aos direitos civis e pelo seu caráter “esclarecido” – porque preocupado com a modernização das forças produtivas e acesso ao consumo, assim como ao ensino superior – teria sido moderada, o que reforça os argumentos do perdão aos torturadores e o cultivo a uma memória que deixa de enfrentar os fantasmas do passado para tentar apagá-los da história.

Ampliando o debate sobre o alcance do discurso revisionista, Romulo Mattos analisa a tentativa de reabilitação da memória social em torno de Wilson Simonal. O controverso cantor, dono de voz poderosa e de grande sucesso nos anos 1970, tem sua biografia cercada por histórias de colaboração com a ditadura militar. Simonal perdeu boa parte do seu prestígio por conta de episódios como o da acusação de tortura ao funcionário Raphael Viviani, ex-contador da sua empresa, nas dependências do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), no Rio de Janeiro. No entanto, há um movimento recente de resgate da sua memória, que conta com o documentário Ninguém sabe o o duro que dei (2009), utilizado como fonte no debate sobre a

recuperação da imagem do cantor. Esse movimento é debatido por Mattos, que encontra na obra cinematográfica uma narrativa dedicada ao destaque da origem pobre de Simonal e da importância do artista na história da música brasileira. Com isso, o autor evidencia o processo de elaboração da memória incidindo no processo histórico, considerando a arte como parte integrante desse conjunto de variáveis capazes de interferir na consolidação de personagens perante a opinião pública. Em paralelo, isso contribui para a rediscussão do lugar da arte como objeto da História, sendo observada também enquanto agente dos processos históricos reais.

Já Raquel Varela aborda a questão da memória no âmbito da Revolução dos Cravos em Portugal, enquadrando três elementos centrais para essa investigação: as teorias da ciência política da “transitologia”, que usam o conceito de transição para explicar a Revolução Portuguesa; as lutas anticoloniais e a importância da história social que inclua os personagens ativos no processo histórico, encontrando os homens e mulheres do povo que participaram da luta e identifique com maior riqueza de detalhes o papel da classe trabalhadora portuguesa nesse processo. Os critérios de análise da autora visam compreender e especificar o embate memorial entre o 25 de abril de 1974 e o 25 de novembro de 1975. O primeiro momento diz respeito ao ato de caráter popular em memória da Revolução, e o segundo se refere à substituição do poder popular pelo institucional, sob a tutela do Estado. O discurso em defesa da democracia como valor universal é central no sequestro do poder popular em Portugal, e ajuda a sustar a participação dos homens e mulheres do povo na direção do processo em Abril. O embate das memórias lusitanas sobre os Cravos perpassa o debate da anatemização da Revolução, trabalhado por Loff, e dialoga intimamente com aspectos da reabilitação da ditadura brasileira na esteira do revisionismo.

A reprodução de tais versões revisionistas da história cria obstáculos na disputa de memória sobre a ditadura militar no Brasil, onde ainda urge a necessidade de se discutir esse passado recente. A miséria da historiografia evidencia os lugares do presente, porque é a partir dele que escrevemos sobre o passado e, mesmo que os pressupostos políticos possam passar despercebidos, é nele que desejamos intervir. No campo da memória, a história se desdobra e materializa seus ecos no tempo.

Do conjunto do livro se observa, em detalhes, uma afinidade no pensamento global em defesa da democracia que, ao invés de problematizá-la – visando o aperfeiçoamento das suas instituições, mecanismos e princípios –, a sacraliza. Essa falsa infalibilidade da democracia, que permeia o discurso revisionista, fermenta a aversão a alternativas de ruptura com a ordem social vigente, tais como as Revoluções Francesa, Russa e dos Cravos. O revisionismo da historiografia contemporânea não deve pagar por nenhuma sorte de “pecado original”; em verdade, são seus resultados que preocupam. Principalmente por desconsiderarem os usos políticos do devir. Também por esse motivo essas obras devem ser descortinadas à luz da crítica, para que as posições políticas possam estar tão transparentes quanto a melhor, e mais bem acabada, das formas de democracia, de portas sempre abertas para o debate intelectualmente honesto e fraterno.

Referências bibliográficas

- BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. In: *Obras escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1985, v. 1..
- COURTOIS, S. *O livro negro do comunismo: crimes, terror e repressão*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- FERREIRA, J. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Niterói: EdUFF, Rio de Janeiro: MAUAD, 2002.
- LANGER, M.; LERAL, C.; MANOEL, C (direção). *Ninguém sabe o duro que dei*. Produção: Jaya, TVZero, Zohar, 2009.